



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

13/11/2010



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1 - 2
1.2. FORAGIDOS.....	3
1.3. SERVIDORES.....	4
2. JORNAL AQUI	
2.1. FORAGIDOS.....	5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. DESEMBARGADORES.....	6
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	7 - 9
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. COMARCAS.....	10 - 11
5.2. DESEMBARGADORES.....	12 - 13
5.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	14
5.4. TRIBUNAL DO JÚRI.....	15 - 16
6. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
6.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	17

Tribunais de Justiça do Brasil devem implantar o projeto Depoimento sem dano

Desde a quinta-feira, 11, o Maranhão é sede do V Encontro do Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. Nesta sexta-feira, 12, as atividades foram iniciadas com a palestra "Depoimento sem dano", pelo juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre (RS), José Antonio Daltoé Cezar. Daltoé expôs o projeto criado no Rio Grande do Sul em 2003, que está se difundindo por todo o Brasil. Na última terça-feira, 9 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade, uma recomendação para que todos os Tribunais de Justiça do Brasil executem, dentro do possível, esse projeto.



➡ **Palestra de vice Presidentes do TJ**

João Alberto participa de Encontro de Vices-presidentes de Tribunais de Justiça

O vice-governador João Alberto - representando o Poder Executivo do Maranhão - participou no Hotel Luzeiros, em São Luís, da abertura do V Colégio Permanente de Vice-Presidente de Tribunais de Justiça do Brasil. A solenidade foi presidida pela vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargadora Cleonice Freire.

Durante o evento são realizadas diversas atividades, entre as quais as palestras "Depoimento sem dano", ministrada pelo juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, José Antônio Daltoé Cezar; "Ações da Corregedoria Nacional de Justiça", com

o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Nicolau Lupianhes Neto; e "Subsídios e Previdência Social" com o desembargador do TJ do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Rabello.

Presentes, também, da cerimônia de abertura, o presidente do TJ-MA, desembargador Jamil Gedeon; a deputada estadual Eliziane Gama; o corregedor Geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Bartolomeu Bueno; o presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, desembargador Luiz Eduardo Rabello (membro vitalício do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro); e do juiz auxiliar da Corregedoria Nacional

de Justiça, Nicolau Lupianhes Neto.

A desembargadora Cleonice Freire destacou, em seu discurso, a adoção de planos e programas para o aperfeiçoamento dos serviços em busca de uma maior eficiência. Da celeridade na prestação jurisdicional para atender aos crescentes anseios da sociedade e desejou a todos um bom encontro.



➔ João Alberto e a desembargadora Cleonice (centro) na mesa da solenidade abertura

Homem que fugiu na saída temporária de fim de ano é recapturado

Policiais do Serviço de Inteligência da Polícia Militar recapturaram, no início da tarde da última quinta-feira (11), Hilton Alves Bonfim, vulgo "Macarrão", 45 anos.

"Macarrão" estava foragido desde quando foi beneficiado por saída temporária de fim de ano. "Macarrão" não retornou ao presídio de Pedrinhas e foi considerado foragido da Justiça. "Macarrão" foi preso quando se encontrava em uma fazenda localizada no Povoado Camaçari, a cerca de 10 quilômetros do centro de Imperatriz. Ele disse que estava fazendo carvão e

vendendo na região.

"Macarrão" foi condenado a 48 anos de reclusão acusado de vários homicídios em Imperatriz. Ele já havia cumprido 9 anos, antes de não retornar ao presídio, e agora a pena começará novamente do zero, pelo fato de ter sido considerado fugitivo.

Segundo informações da polícia, "Macarrão" é suspeito de ter sido o autor do assassinato do comerciante Rosélio Silva Diógenes, morto no dia 4 de setembro de 2010, em seu estabelecimento comercial, localizado na Rua Alagoas com Luís Domingues.

Rubens pede que governo negocie com Defensores

O deputado estadual Rubens Pereira Junior (PCdoB) defendeu que o Governo do Estado sente à mesa para negociar com os Defensores Dativos que paralisaram as suas atividades. “Os Defensores Dativos deflagram uma paralisação no sentido de fazer com que o Governo do Estado cumpra com as disposições contratuais firmadas entre o Tribunal de Justiça e a Ordem dos Advogados do Brasil, quanto à remuneração e a adimplemento dos seus honorários”, disse o parlamentar. A paralisação estava prevista para ocorrer nos dias 26, 27 e 28 de outubro. Foi adiada devido à intervenção da seccional da OAB.



➡ Deputado Rubens Júnior

▶ IMPERATRIZ

Fugitivo de Pedrinhas é recapturado em fazenda

Policiais do Serviço de Inteligência da Polícia Militar recapturaram, no início da tarde de quinta-feira (11), Hilton Alves Bonfim, o "Macarrão", 45 anos.

Ele estava foragido desde quando foi beneficiado por saída temporária de fim de ano e não retornou ao presídio de Pedrinhas e foi considerado foragido da Justiça. "Macarrão" foi preso quando se encontrava em uma fazenda localizada no Povoado Camaçari, a cerca de 10 quilômetros do centro de Imperatriz. Ele disse que estava fazendo carvão e vendendo na região. "Macarrão"

foi condenado a 48 anos de reclusão acusado de vários homicídios em Imperatriz. Ele já havia cumprido 9 anos, antes de não retornar ao presídio, e agora a pena começará novamente do zero, pelo fato de ter sido considerado fugitivo.

Segundo informações da polícia, "Macarrão" é suspeito de ter sido o autor do assassinato do comerciante Rosélio Silva Diógenes, morto no dia 4 de setembro de 2010, em seu estabelecimento comercial, localizado na esquina da Rua Alagoas com Luís Domingues.



Eliziane Gama, Jamil Gedeon, Cleonice Freire e o vice-governador João Alberto na abertura do evento

Vice-presidentes de TJs se reúnem em São Luís

V Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil foi realizado com presença do vice-governador, João Alberto

Foi aberto na noite quinta-feira, no Hotel Luzeiros, em São Luís, o V Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. O vice-governador João Alberto - representando o Poder Executivo do Maranhão - participou da solenidade, que foi presidida pela vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargadora Cleonice Freire. O encontro dos magistrados terminou ontem.

A desembargadora Cleonice Freire destacou, em seu discurso, a adoção de planos e programas para o aperfeiçoamento dos serviços em busca de uma maior eficiência. Da celeridade na prestação jurisdicional para atender aos crescentes anseios da sociedade e desejou a todos um bom encontro.

O objetivo do encontro é trocar experiências e informa-

Mais

O último encontro do Colégio aconteceu em Recife (PE), em 28 de maio deste ano, quando a desembargadora Cleonice Freire foi eleita por aclamação presidente da entidade, da qual também fazem parte da mesa diretora os desembargadores José Aquino Flôres de Camargo, como vice-presidente, e Jovaldo Nunes Gomes, como secretário-geral.

ções entre os chefes de Poder Judiciário para a constante melhoria da prestação jurisdicional às crescentes demandas em todas as áreas, bem como discutir assuntos de interesse da magistratura.

Atividades - Durante o even-

to foram realizadas diversas atividades entre as quais as palestras "Depoimento sem dano", ministrada pelo juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, José Antônio Daltoé Cezar; "Ações da Corregedoria Nacional de Justiça", com o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Nicolau Lupianhes Neto; e "Subsídios e Previdência Social" com o desembargador do TJ do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Rabello.

Autoridades - Presentes também na cerimônia de abertura o presidente do TJ-MA, desembargador Jamil Gedeon; a deputada estadual Eliziane Gama (PPS); o corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Bartolomeu Bueno; o presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, desembargador Luiz Eduardo Rabello (membro vitalício do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro); e do juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Nicolau Lupianhes Neto.

Assembleia estuda implantar controle da mídia

Quem são e por que estavam presos Marinaldo Assunção Roxo, o "Cerequinha", Nilson da Silva Sousa, o "Diferente", e Rone Lopes da Silva, o "Rony Boy", os líderes da mais sangrenta rebelião da história do Maranhão.

OS TRÊS CABEÇAS

PÁGINA 11

VERSÃO DE RIXA CONTRA PRESOS
DO INTERIOR NÃO PROCEDE

PÁGINA 11

LÍDERES SÃO TRANSFERIDOS
PARA MATO GROSSO DO SUL

PÁGINA 11



Revelados os três cabeças

Segundo secretaria, Marinaldo Assunção, Nilson da Silva e Rone Lopes lideraram a rebelião, que resultou na morte de 18 detentos



DANIEL FERNANDES

Os três líderes da rebelião deflagrada nesta semana no Complexo de Pedrinhas possuem longa lista de crimes e infrações. São homicidas, assaltantes e estupradores com histórico de várias fugas e arruaças. E todos de comarcas do interior – nenhum é da capital. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, são eles: Marinaldo Assunção Roxo (Cerequinha), Nilson da Silva Sousa (Diferente) e Rone Lopes da Silva (Rony Boy). Os três foram transferidos com mais outros 17 presos na terça-feira para o presídio de segurança máxima de Mato Grosso Sul.

Eles responderão na Justiça por homicídio duplamente qualificado, já que coordenaram as 18 mortes resultantes da rebelião. Mais dez detentos deveriam ser transferidos até ontem para o presídio de segurança máxima. No entanto, segundo a Secretaria, os presos ainda aguardam confirmação do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) para serem transferidos.

Os principais, no entanto, já estão no presídio de Mato Grosso. Entre eles o Cerequinha, que foi o iniciador da rebelião. Proveniente de São José de Ribamar, é o responsável por roubar a arma e deflagrar os tiros no

agente penitenciário Raimundo de Jesus Coelho, ato de início da manança. "Cerec", como também era conhecido, já havia fugido várias vezes da prisão. Ele estava cumprindo pena desde 2002, acusado de homicídio. Em 24 de julho de 2008, policiais militares da Companhia da Polícia Rodoviária Militar Independente (CPRV) o surpreenderam em uma blitz a ônibus da capital.

Ele e mais dois comparsas estavam armados com um revólver Taurus calibre 38 com quatro projéteis, sendo um já deflagrado em um assalto horas antes praticado em um sítio na Estrada de São José de Ribamar, onde levaram quatro celulares e uma quantia em dinheiro. Planejavam assaltar os passageiros do coletivo. Na época, Cerec estava na condicional após seis anos de detenção. No mês de fevereiro do mesmo ano, durante outra condicional, Cerec baleou um sargento da Polícia Militar quando tentava fugir de um assalto à uma loja de uma grande rede de frigoríficos da capital. Ele foi preso logo em seguida por outros policiais, quebrando assim a condicional.

O outro cabeça do grupo, o "Rony Boy", de Bacabal, é o mais transitório dentre os três. Já cumpriu pena anteriormente no presídio de segurança máxima de Mato Grosso, por estar subvertendo a ordem interna dos presídios. Foi enviado daqui para lá em 2007. Voltou um ano depois por bom comportamento, mas não continuou o hábito ao chegar à terra natal. É conhecido por arruaças e conluios entre os presos. Sua ficha penal é longa: é acusado de assaltos (inclusive ligação com assaltos a banco), estupro e homicídios. É apontado como o principal mandante das decapitações.

Já o "Diferente", natural de Imperatriz, não é tão diferente dos outros: também tentou fugas que foram frustradas. Inicialmente foi acusado de homicídio, roubos e furtos. Foi um dos principais negociadores com a Polícia na hora da rebelião, servido

de porta-voz dos rebelados. Em junho de 2009, durante uma de suas fugas, Diferente foi preso por policiais militares prenderam e conduzido ao Plantão Central da 10ª Delegacia Regional de Imperatriz. Quando recebeu voz de prisão, acabou resistindo bravamente, correu e relutou contra os policiais. Chegou, inclusive, a quebrar uma das algemas que foram colocadas em seus braços pela resistência à prisão. Foi preciso ajuda de outros policiais para mantê-lo imobilizado. O acusado foi conduzido da Regional para a Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), de onde voltou para Pedrinhas em menos de um mês.

Presídio federal

As penitenciárias federais, para onde os três foram mandadas, são dotadas de infra-estrutura e equipamentos de segurança de última geração, como aparelhos de raio-x e coleta de impressão digital, além de detectores de metais e espectrômetros. As unidades têm 12,6 mil metros quadrados construídos e capacidade para 208 presos em celas individuais. São encaminhados para lá detentos de alta periculosidade, que comprometem a segurança dos presídios e que possam ser vítimas de atentados. A penitenciária de Campo Grande, destino dos cabeças da rebelião, possui nos registros de passagem uma longa lista de "estrelas" das páginas policiais brasileiras, como o traficante Fernandinho Beira-Mar. A primeira abertura de vagas no presídio federal para o Maranhão foi em 2007, quando Rony Boy e mais cinco presos de alta periculosidade integraram a primeira leva de detentos de alta periculosidade do Maranhão.

GILSON TEIXEIRA/DIVULGAÇÃO



REBELADOS AMONTOAM, NA PARTE EXTERNA DO PRESÍDIO, CORPOS DOS DETENTOS MORTOS

■ Correição

As três varas da Comarca de Balsas passam por correição ordinária na próxima semana. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, indicou para coordenar os trabalhos os juízes auxiliares da Corregedoria José Jorge Figueiredo e José Nilo Ribeiro Filho. Eles fiscalizarão a comarca de terça a sexta-feira (16 a 19 de novembro).

Durante esse período não ficarão suspensos o atendimento às partes e advogados e nem os prazos processuais, de forma a não comprometer os trabalhos da vara, observa portaria do corregedor.

Quinze dias após o término da tarefa os juízes corregedores devem elaborar, por varas, relatórios circunstanciados dos fatos constatados.

■ Audiências noturnas

As audiências noturnas, iniciativa inédita no Maranhão, prometem agilizar o julgamento de processos em tramitação no Juizado Especial de Pinheiro durante a Semana da Conciliação. Caberá aos três magistrados da comarca presidir as 80 audiências agendadas de 18h às 22 horas.

A ação resulta de esforço conjunto dos juízes Anderson Sobral, diretor do Fórum da Comarca e titular da 1ª Vara, Júlio Prazeres, titular da 2ª Vara, e Alexandre Mesquita, juiz substituto respondendo pelo Juizado.

O evento do CNJ acontece de 29 de novembro a 3 de dezembro, em todo o país, e tem coordenação estadual da Corregedoria Geral da Justiça. Outras 330 audiências relativas a processos da área Cível e 520 processos da área Criminal estão marcadas para o período diurno.

Utopia vidigalista

O corregedor-geral da Justiça maranhense, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, visitou na quarta-feira 10, em companhia do juiz Paulo Afonso Vieira, da 3ª Vara, o local onde será construído o novo Fórum de Caxias na Cidade Judiciária, antigo Cantinho do Céu.

De iniciativa do hoje presidente do TJ-MA, Jamil Gedeon, a história da construção do novo fórum já se arrasta há meses. De tempos em tempos, alguém da Corte vem aqui e anuncia o início das obras. Desta vez, Guerreiro estima a movimentação de pedreiros no lugar para o começo de 2011... Idéia primacial do ministro aposentado Edson Vidigal, do STJ, a Cidade Judiciária foi pensada como o palco adequado para funcionar toda a engrenagem judiciária estadual e federal na região, juntamente com Ministério Público estadual e federal, Polícia Federal e etc etc... Mas desde a formulação da idéia, quando Vidigal ainda era presidente do STJ, de lá para cá apenas a Justiça Federal fincou raízes ali, por sinal num belo prédio do arquiteto Domingos Brito, integrado poeticamente ao bucolismo da paisagem. O TRE maranhense está concluído o seu, embora já surjam críticas à forma como o prédio se distanciaria da configuração arquitetônica imaginada para o conglomerado campestre... E agora o Fórum de Caxias, cujo projeto também respeitaria o devaneio campal que exala naquele cantinho de céu.

O certo é que, assim, de tijolo em tijolo, vai-se erguendo o que já foi considerado a utopia vidigalista de reunir num só cenário a faina judiciária na Princesa do Sertão, cuja rotina kafkiana aqui e no Brasil é o oposto da azáfama ansiada pelos que dependem dos escaninhos e das filigranas legais... De qualquer maneira, se de positivo elevam-se aos céus as paredes físicas do processo kafkiano, quem sabem no futuro não se alcançará a celeridade nos seus corredores de que tanto carecem os mortais que gastam a sola do sapato atrás da suprema toga... Oxalá.

João Alberto participa da abertura do Encontro de vice-presidentes de TJs

O vice-governador João Alberto – representando o Poder Executivo do Maranhão – participou, na noite de quinta-feira (11), no Hotel Luzeiros, em São Luís, da abertura do V Colégio Permanente de vice-presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. A solenidade foi presidida pela vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargadora Cleonice Freire. O encontro dos magistrados termina nesta sexta-feira (12).

Durante o evento são realizadas diversas atividades, entre as quais as palestras “Depoimento sem dano”, ministrada pelo juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, José Antônio Daltoé Cezar; “Ações da Corregedoria Nacional de Justiça”, com o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Nicolau Lupianhes Neto; e “Subsídios e Previdência Social”

com o desembargador do TJ do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Rabello.

Presentes, também, da cerimônia de abertura, o presidente do TJ-MA, desembargador Jamil Gedeon; a deputada estadual Eliziane Gama; o corregedor Geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Bartolomeu Bueno; o presidente da Associação Nacional dos Desembargadores, desembargador Luiz Eduardo Rabello (membro vitalício do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro); e do juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Nicolau Lupianhes Neto.

A desembargadora Cleonice Freire destacou, em seu discurso, a adoção de planos e programas para o aperfeiçoamento dos serviços em busca de uma maior eficiência. Da celeridade na prestação jurisdicional para atender aos crescentes anseios da sociedade e desejou a todos um bom encontro.

ELEITO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS

Veloso prega defesa do Judiciário e das garantias constitucionais

Na segunda-feira passada (dia 8), foram realizadas as eleições para a diretoria da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (Ajufer), que reúne 349 juizes federais de primeira instância e 27 desembargadores federais do TRF 1ª Região. Foi eleita a chapa "Você na Ajufer". O juiz federal Roberto Veloso, natural do Estado do Piauí e titular da 3ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão, foi eleito presidente, e concedeu esta entrevista ao Portal Noca logo após as eleições:

Noca - O senhor foi eleito presidente de uma associação que congrega 376 magistrados federais. Como será conciliar as divergências de opiniões com tantos associados?

Roberto Veloso - Pretendemos realizar uma administração compartilhada e transparente, com a participação de todos. Reuniremos regularmente a diretoria e manteremos os associados cientes de tudo o que está acontecendo. A administração não pode ficar concentrada no presidente, como vinha sendo a prática.

Noca - Na sua plataforma de campanha constava a luta pela melhor distribuição de varas federais entre as cinco regiões da Justiça Federal. Como a sua gestão pretende resolver esse problema?

Veloso - Não admitiremos mais o tratamento diferenciado à primeira região. Apesar de possuir jurisdição sobre 80% do território nacional, temos um tribunal com número reduzido de desembargadores. Somos a região com menor interiorização. Cidades do interior do Paraná e de São Paulo possuem mais varas do que grande parte de nossas seções judiciárias. Na distribuição das varas não foi atendido o critério técnico e fomos novamente prejudicados. Para se ter uma idéia, o Distrito Federal é o foro nacional da União e não tem recebido a quantidade de varas para atender o número de processos distribuídos e a complexidade das questões, com 26 varas, tem praticamente um terço das varas do Rio de Janeiro que possui 66.

Noca - A distribuição dos tribunais regionais federais foi feita em 1988, considerando a realidade então vigente. A 1ª Região é a que reúne a maior extensão territorial. Isso prejudica a entrega da prestação jurisdicional? Um só tribunal, em Brasília, é capaz de compreender as diversas realidades locais de

estados distribuídas em várias regiões geográficas do País? A distância geográfica prejudica o exercício da defesa, especialmente nos processos criminais? A Ajufer pretende lutar pela criação de novos tribunais e o desmembramento desta região? De que forma?

Veloso - Conforme defendemos durante a campanha, a Ajufer deve exercer um papel de maior protagonismo na luta pela criação dos novos tribunais. A aprovação da PEC 544 é a solução para o problema de estrangulamento da 1ª Região. A Ajufer tem o papel de mobilizadora da sociedade para a inclusão em pauta da emenda e a sua aprovação. Somente com capacidade de articulação no Congresso é possível realizar essa tarefa.

Noca - A Associação de Juizes é entidade representativa de classe, mas tem sido comum a participação destas entidades nos principais debates políticos. Quais os temas hoje em discussão no País que o senhor entende como prioritários?

Veloso - Do ponto de vista de uma entidade de magistrados a moralidade pública, a ficha limpa nas eleições e a defesa da Constituição Federal.

Noca - Como a Ajufer se posicionará sobre os temas mais relevantes? As decisões serão tomadas pela diretoria, ou haverá mecanismos para se coletar a opinião dos associados?

Veloso - Nossa administração será compartilhada, todos participarão. Realizaremos reuniões regulares de Diretoria e consultaremos regularmente os associados, em especial pela via eletrônica.

Noca - Como a sua gestão pretende se associar a outras entidades da sociedade civil na defesa dos interesses da magistratura?

Veloso - Estabelecendo uma pauta comum de reivindicações. Por exemplo, com a AMB a luta pelos subsídios e a nova Loman e com a OAB a defesa do Judiciário e das garantias constitucionais.

Noca - Consta da chapa eleita três integrantes da comissão que luta pelo aumento da participação de juizes federais na Justiça Eleitoral. Qual a proposta concreta e viável que a Ajufer pretende apresentar?

Veloso - Desde a Constituição de 1988 não houve um movimento de tal magnitude. A partir de uma Co-

missão formada pelos juizes federais Daniel Sobral, Renato Prates e Roberto Veloso, todos integrantes da futura diretoria, foi possível o início do trabalho. Estou na Comissão de Juristas encarregada de elaborar o novo Código Eleitoral. Concretamente poderemos aumentar para nove os membros dos TRFs, com mais dois juizes federais e atribuir, onde for possível, a jurisdição das zonas também aos juizes federais, sem excluir os estaduais.

Noca - Segundo a Constituição, a terça parte da composição do STJ deve ser preenchida por desembargadores federais. Alguns ministros já se posicionaram contra a participação de membros dos TRFs integrantes do quinto constitucional nessa disputa. Qual será a posição da Ajufer nesse debate? A Ajufer pretende ingressar com alguma medida?

Veloso - É comum nos dias atuais que desembargadores oriundos da advocacia e do Ministério Público ocupem as vagas de magistrados no STJ. Em 2014, cinco ministros ocupantes do terço dos magistrados federais se aposentará. Em 2015 mais um se aposentará. Corre-se o risco de os juizes federais concursados perderem as vagas para os integrantes do quinto dos TRFs. Lutaremos pela modificação constitucional, a fim de que ocorra na Justiça Federal o mesmo da Justiça do Trabalho.

Noca - Não são raros os ataques às prerrogativas e à segurança dos magistrados. As ofensas às prerrogativas, não raramente, têm como autores integrantes da Polícia Federal. Um juiz federal de São Paulo acusa a Polícia Federal de incluí-lo em uma investigação como retaliação por não deferir pedidos de prisão e grampos feitos em inquéritos policiais, e recentemente o STF determinou o trancimento do processo criminal contra o magistrado. Como será a atuação da Ajufer em sua gestão para evitar esse tipo de prática?

Veloso - Os juizes perderam o controle sobre a Polícia. Passaram de julgadores a investigados. Faz-se necessário um trabalho de esclarecimento e de debate público a respeito das prerrogativas da magistratura. Não é possível que aos próprios juizes não sejam garantidos os direitos estabelecidos na Constituição Federal.

Editorial

No caldeirão

O Estado, acéfalo, inadimplente e sem concorrente na incompetência generalizada de seu corpo administrativo não tem o direito de promover retaliações contra os presos que participaram do motim em Pedrinhas. Não porque eles sejam anjos. Não são. Muitos são monstros, como restou demonstrado na carnificina do Presídio São Luís. Não tem esse direito porque o governo é o culpado por tudo o que aconteceu ali.

Sob a custódia do Estado, encarcerados, imobilizados para o mundo, os detentos conseguiram promover uma chacina entre eles mesmos jamais vista na história da vida carcerária nacional. Pessoas sob proteção jurídica foram assassinadas e trucidadas e o governo tem que ser chamado à responsabilidade pela ocorrência dessas mortes. O normal, em prisões, é que os cárceres protejam a sociedade dos bandidos e protejam eles mesmos.

Com cabeças, pernas, braços e pênis espalhados num presídio e o secretário de segurança anunciando a construção de prédios, se este fosse um país sério estaríamos diante de um caso clássico de intervenção federal. Foram 18 mortos. A grande maioria presos por roubo, furto e até delito de ordem trabalhista, conforme noticiado no jornal "O Imparcial".

O Estado também é culpado de misturar esses presos com assassinos reincidentes, chefes de tráfico, assaltantes e mão armada e toda a escória de monstros, homicidas violentos e estupradores de crianças que habita as cadeias. Não há esses entre os mortos.

Os familiares das vítimas, do ponto de vista legal, estão no direito de exigir que o Estado os indenize por essa barbárie. Principalmente se há a suspeita de que ela foi organizada em virtude de uma disputa de poder nos socavões da segurança pública.

A maioria dos mortos veio do interior, recambiada para cá porque o governo não dispõe de unidades prisionais onde se possam cumprir as decisões prolatadas pela Justiça. E, mais ainda, pelo fato de que, absurdamente, secaram os cofres da segurança pública do Maranhão a ponto de deixar a sociedade completamente desprotegida e à mercê de bandidos e homicidas felizes com a falta de combustível nos camburões da polícia.

A ser verdade a "correção" anunciada dos presos, uma palavra gentil para mascarar tortura e espancamento, o Estado estará punindo um crime com outro crime, nos bastidores da lei e à revelia do Poder Judiciário. Ressuscita-se, assim, a teoria da vingança como instrumento de punição e não para vingar os mortos, mas para que eles paguem por terem exposto a debilidade do Sistema Penitenciário, a ingerência do Sistema Estadual de Segurança e a incompetência dos governantes.

Os mortos, essa é a verdade, deixaram de pagar por seus crimes em suas comunidades e ingressaram, sem passaporte, no caldeirão do inferno. Morreram porque eram muitos e ocupavam espaço. Morreram, quem sabe, na disputa de banheiros, sol e lençóis limpos. Morreram. E podem apostar que há muitos outros na fila para morrer.

PM é condenado a 13 anos de prisão por ter matado jovem em Rosário

O Tribunal do Júri Popular de Rosário, sob a presidência da juíza Rosângela dos Santos Prazeres Macieira, condenou o soldado PM Bernardino Martins dos Reis Filho a 13 anos de prisão em regime fechado. O policial foi acusado de ser o autor do assassinato do torneiro mecânico Antero Gomes Coimbra, ocorrido em abril de 1996.

O julgamento foi realizado na quarta-feira (10), no plenário da Câmara de Vereadores de Rosário. De acordo com a acusação, o PM prendeu Antero Coimbra no dia 21 de abril de 1996, sob a alegação de que ele teria agredido um idoso, quando se deslocava para um pagode. Após a prisão, o PM conduziu Antero para a Delegacia de Polícia de Rosário, onde foi espancado pelo policial, e acabou morrendo, depois de ter sido internado em São Luís, no Socorrão 1. *(Da Redação)*

PM é condenado a 13 anos de prisão por ter matado jovem em Rosário

O Tribunal do Júri Popular de Rosário, sob a presidência da juíza Rosângela dos Santos Prazeres Macieira, condenou o soldado PM Bernardino Martins dos Reis Filho a 13 anos de prisão em regime fechado. O policial foi acusado de ser o autor do assassinato do torneiro mecânico Antero Gomes Coimbra, ocorrido em abril de 1996.

O julgamento foi realizado na quarta-feira (10), no plenário da

Câmara de Vereadores de Rosário. De acordo com a acusação, o PM prendeu Antero Coimbra no dia 21 de abril de 1996, sob a alegação de que ele teria agredido um idoso, quando se deslocava para um pagode. Após a prisão, o PM conduziu Antero para a Delegacia de Polícia de Rosário, onde foi espancado pelo policial, e acabou morrendo, depois de ter sido internado em São Luís, no Socorrão 1. *(Da Redação)*

Novo prédio do juizado da Cohab será entregue terça

O 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, na Cohab, subúrbio de São Luís, funcionará na próxima semana com instalações inteiramente reformadas. A proposta da obra, que será entregue às 9h da próxima terça-feira, 16, é oferecer conforto à comunidade e servidores e melhorar a prestação de serviços jurisdicionais. O presidente do Tribunal de Justiça e o corregedor-geral da Justiça, desembargadores Jamil Gedeon e Antonio Guerreiro Júnior, estão confirmados na solenidade. Cerca de 5500 processos, entre físicos e virtuais, tramitam naquele juizado, que está instalado no Centro Social Urbano (CSU) da Cohab.

Durante os quase dois meses de obra - que incluíram a troca de divisórias, piso, forro e do madei-

rame do telhado e pintura - o atendimento ao público e a advogados e audiências foram transferidas para o auditório do CSU.

INFRAESTRUTURA

O prédio está mais confortável e funcional e passa a dispor de recepção ampla e moderna, secretaria judicial, sala para conciliação, gabinete do juiz e arquivo. Segundo o secretário judicial Sérgio Bernardo Caldas, com a reforma "o atendimento estava um pouco prejudicado, mas agora, com novas instalações, os trabalhos voltarão ao normal".

De acordo com juiz Cícero Dias de Sousa Filho, titular do Juizado da Cohab, as obras foram solicitadas há algum tempo. O juiz José Gonçalo de Sousa Filho, ex-coordenador dos Juizados Espe-

ciais, deu início à reforma, continuada com o apoio da juíza Francisca Galiza, atual coordenadora.

O 4º Juizado Especial foi instalado em dezembro de 1993. A unidade tem como áreas de abrangência as Cohab I, II, III, IV, o Cohatrac I, II, III, IV e parte do V, parte do Jardim Araçagy, Jardim Das Margaridas, Parque Aurora, Planalto Anil I, II e III, Conjunto Centauro e Forquilha (do lado esquerdo até o limite da estrada de Ribamar).

Devido à implantação da nova rede elétrica, o Juizado Especial da Cohab transferiu as audiências marcadas para esta sexta-feira, 12, comunica a coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza. As novas datas serão oportunamente informadas às partes.